

A Ruralidade Urbana e o Cemitério

O cemitério, elemento de paisagem e património básico de uma cultura e de uma história, é um dos elos mais significativos que liga a cultura rural à urbana de uma mesma comunidade.

A CIDADE E OS ARREDORES

A Revolução Industrial provocou o aumento da população das cidades, devido ao êxodo de muitos trabalhadores rurais que abandonaram as aldeias e a actividade agrícola à procura de melhores condições de vida, de um emprego mais estável e de um futuro com melhores perspectivas de realização pessoal. Os recém-chegados e familiares amontoaram-se, primeiro, em velhos edifícios, mais ou menos arruinados, e, mais tarde, para a nova população urbana construíram-se bairros sociais e vilas operárias. A gradual mecanização dos sistemas agrícolas veio contribuir para o desemprego rural, aumentando por esse motivo o fluxo de trabalhadores e de famílias às cidades. O desenvolvimento do comércio, da construção civil e das obras públicas foram também uma causa para continuar a aumentar o número de rurais que fugiam das aldeias para trabalharem naqueles sectores. Nas áreas periféricas, abandonadas pela agricultura, construíram-se, clandestinamente, povoados de casas sem estruturas de acesso e de saneamento básico. Muitos destes extensos bairros povoados legalizavam-se mas continuavam a crescer em número de habitantes, devido ao aumento da volumetria dos edifícios. A população dos bairros sociais e dos povoados clandestinos assumia, muitas vezes, a ruralidade do seu recente passado praticando nos espaços vazios uma agricultura de subsistência que ainda bem conheciam. Nos subúrbios das cidades, a concretização dos planos de urbanização

traduziu-se na distribuição casuística de alinhamentos de moradias unifamiliares, no quadro tipológico da “Cidade Jardim”, de “Bairros Sociais”, no quadro tipológico da “Cidade Radiosa”, e, ainda, de densos conjuntos edificadas, constituindo massas de betão, sem se basearem num desenho urbano válido e consistente, mas apenas em objectivos especulativos de valorização financeira. Recentemente, nos “Planos Directores Municipais” surgiram os Perímetros Urbanos – como áreas determinantes do uso do solo –, tendo por finalidade, apenas, permitir a expansão urbana no interior daquele perímetro. Procura-se defender a “Zona Rural” da construção de edifícios urbanos e manter nela o uso agrícola. A área daqueles perímetros, calculada em excesso, devido a uma previsão fictícia da necessidade de habitações, motivou, em muitos casos, a existência de “vazios”, que, em face das perspectivas abertas em função de possível construção, não é fácil destinar a outro uso social que não esse. A desagregação do “fácies” rural dos arrabaldes da cidade foi impedindo a “osmose”¹, que existia, até então, entre a vida urbana e o mundo rural. Em Portugal, especialmente em Lisboa, houve sempre, entre a cidade e o campo, uma relação física e social justificativa da presença constante da ruralidade na vida urbana que tinha esta como destino da actividade agrícola. As antigas portas da cidade abriam-se para dar entrada aos alimentos vindos dos campos próximos e das hortas contíguas. Pelos aquedutos, corria a água potável desde as nascentes no campo até aos chafarizes

da cidade, uma vez que os poços do interior não eram suficientes para garantir o abastecimento necessário. Os “Livros de Horas”, obras iluminadas medievais, atestam bem as relações existentes na Europa, entre a cidade e o campo. Nesses calendários, a imagem correspondente a cada mês do ano representava o trabalho agrícola mais significativo que nele se realizava. Tal imagem tinha sempre, como pano de fundo, a silhueta duma cidade. A imagem do mês de Dezembro, em que não havia especial trabalho a realizar nos campos, é representada pela actividade campestre possível: a “caçada”. No entanto, a cidade continua a figurar como pano de fundo². As searas, as hortas, os pomares, os olivais, as vinhas e, mais afastados, as matas e os montados, organizavam-se num mosaico de diferentes espaços compartimentados, onde também surgiam os campos de feiras e as corredouras, as capelas votivas que justificavam as romarias, as “quintas de recreio”, as cercas dos conventos e as tapadas. As “quintas de recreio” dos arredores eram refúgios de frescura para quem podia fugir às temperaturas estivais e às pestes urbanas e reencontrar descanso e sossego. Constituían um pequeno mundo onde se conjugavam a produção da horta e do pomar, a protecção da mata e das sebes, e o recreio e prazer do jovial e dos percursos. As gentes do povo da cidade procuravam, nas idas domingueiras às hortas, às feiras e às romarias, para além do incentivo religioso, reencontrar a vida natural dos campos



Em todas as páginas do calendário, representa-se a actividade agrícola ou campestre, mas em cada uma delas está sempre presente, ao fundo, a cidade. Les Très Riches Heures du duc de Berry, c. 1410. A gradagem (mês de Outubro) e a caça (mês de Dezembro)

em lugares de festa e sadio convívio. Existia uma relação física de proximidade, e também social e económica, da cidade com o campo. Transpunha-se e percorria-se com prazer a cintura verde de quintas, olivais, vinhas e campos de cultura, que constituía um mosaico de espaços compartimentados ligados por caminhos e azinhagas. Este anel que envolvia a cidade permitia uma transposição da “urbe” para o mundo rural onde predominavam os valores e componentes vivos da paisagem natural, enquanto na “urbe” dominava o material inerte. Nos subúrbios de Lisboa, e de muitas outras cidades, naquele mosaico de culturas variadas surgiam lugares singulares e dominantes na paisagem, reconhecidos, desde

a pré-história, pelo seu “génio” próprio, e, mais tarde, adoptados pelo cristianismo como lugar com um patrono, sítio de convívio e de comunhão colectiva. Aí se festejam, nas romarias, os santos onde, antes, se celebrava o tempo da mudança das estações, das colheitas e das actividades da pastorícia. O mosaico suburbano da paisagem rural prolonga-se para o interior do aglomerado urbano, ocupando espaços dispersos, circunscritos, desligados uns dos outros. São áreas residuais da anterior ruralidade envolvidas pelo crescimento do casario: cercas conventuais, quintas de recreio, tapadas, jardins botânicos, pedreiras e areiros abandonados, ou, apenas, elementos isolados como tanques, poços,

noras, latadas, muros de suporte, aquedutos, sistemas de rega e calçadas, com significativo valor arquitectónico, cultural e patrimonial. Repetem na cidade o “fácies” rural da paisagem envolvente. Os nomes de muitas ruas, praças, largos, calçadas e travessas, atestam, em Lisboa, a presença histórica da ruralidade, o que valoriza a cidade na sua vetusta antiguidade. São, por exemplo, as ruas do Cardal, do Laranjal, do Rosmaninho, a Calçada do Carrascal, as Travessas da Horta Seca, do Ferregial, da Mata, a Travessa Nova da Parreirinha, os sítios da Charneca, dos Olivais, da Ameixoeira, dos Arroios, do Rio Seco, as Azinhagas dos Ameixois e dos Asno, a Praça da Figueira, etc., etc..

Muitos jardins e espaços públicos, criados no século XIX, foram-no sobre campos de feira, como o seu nome atesta: Campo Grande, Campo Pequeno, Campo de Sant'Ana, Campo de Ourique.

Mais de uma centena de nomes de ruas, praças, travessas, calçadas e sítios atestam a antiga ruralidade da cidade.

DO CEMITÉRIO E DO JARDIM EM PORTUGAL

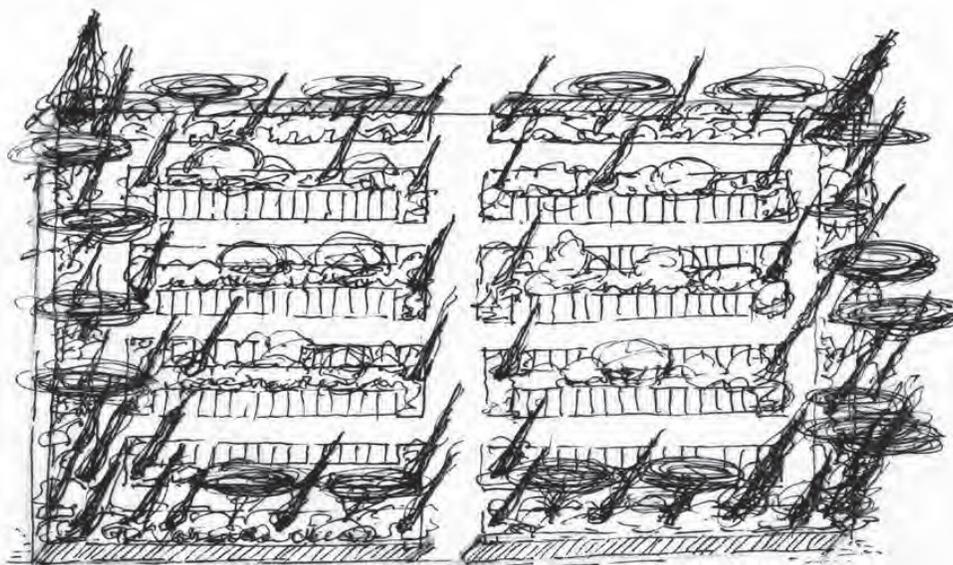
O Jardim, na cultura antiga e mediterrânica, é um lugar de descanso e paz, saudade do paraíso

terrestre que tinha sido destinado à felicidade do Homem, mas, donde este foi expulso, por desobediência, e obrigado a trabalhar. O paraíso de origem divina passou a ser o jardim, fruto do trabalho humano, que também perdura no horto, no pomar, no olival, na quinta de recreio e até no quintal urbano. Será sempre um lugar singular no Éden, o vale fértil, um lugar fechado, limitado por muros ou outras vedações eficazes, de descanso, recreio e contemplação, de passeio e meditação, onde o tempo perpassa devagar, marcado pelo esplendor do dia

e o mistério da noite, o correr dinâmico das estações e a exuberância da vida, desde as formas mais humildes da vegetação até às mais gloriosas impostas pela sua forma e cor. A palavra cemitério tem origem no verbo grego *Krimao* – eu descanso, eu durmo – donde *Krimeterium* – dormitório. No latim, *Coemeterium* – lugar de dormir e repousar. Para os cristãos, a “última morada” (o cemitério) é, também, uma relação presente de continuidade entre a comunidade dos vivos e a dos seus mortos, indispensável à identidade cultural dos povos desde o indivíduo, a família até às nações. O cemitério, elemento de paisagem e património básico de uma cultura e de uma história, é um dos elos mais significativos que ligam a cultura rural à urbana de uma mesma comunidade. As primeiras igrejas cristãs foram construídas sobre as sepulturas dos primeiros cristãos e, bem depressa, os enterramentos que se faziam nos seus adros passaram a realizar-se no interior dos templos e nas criptas; apesar da condenação de tais enterramentos em sucessivos concílios: Braga 663, Meaux 845, Tribur 895, Reims 1117. O cemitério, uma vez retirados os corpos do chão sagrado da igreja, continua a ser, na civilização cristã, um espaço sagrado, fechado, contido entre muros, um memorial colectivo das gerações e da história duma comunidade. O cemitério é, como o jardim, um lugar de repouso e quietação adaptado ao condicionalismo biofísico do sítio. Deve estar presente a simbologia e ambiência em que se expressa ou evoca a santidade da morte, o culto dos antepassados e a consideração religiosa da individualidade de cada sepultura. Se, na paisagem rural, os cemitérios tradicionais obedecem a esta essência, na cidade, os cemitérios, apesar de envolvidos por um contínuo edificado, devem observar os mesmos princípios e condicionalismos básicos e respeitar a escala humana.



Cemitério da Ajuda. Traçado geométrico, tanto na zona mais antiga como na mais recente, em que nesta se considerou a escala humana dos talhões de enterramento



A escala humana dos espaços de enterramento deve estar sempre nas realizações (desenho do autor)

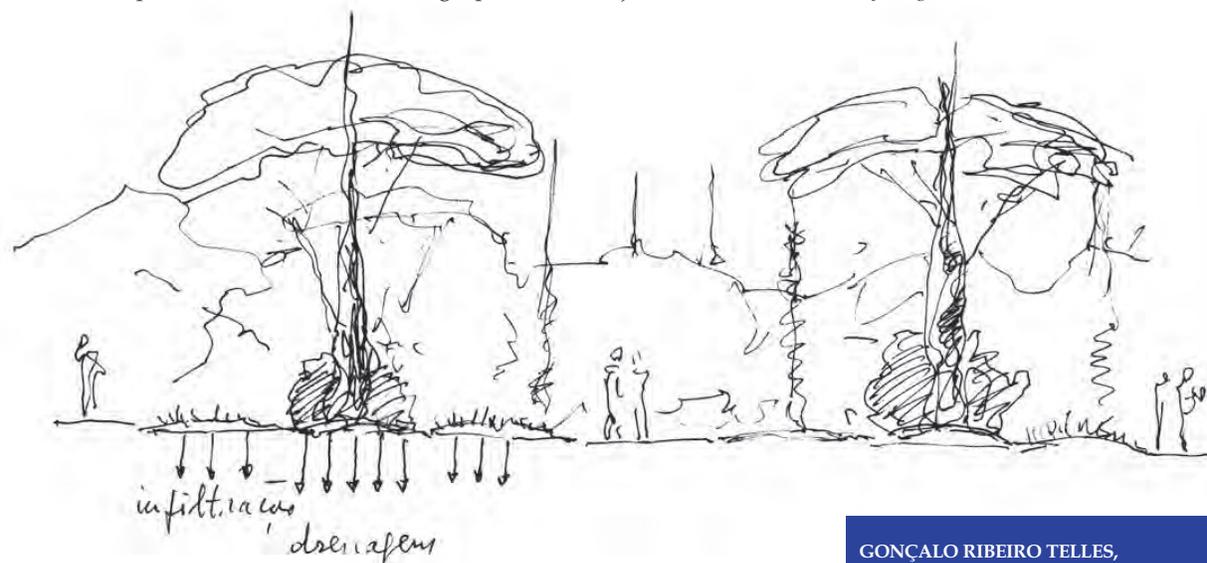
culto individual, familiar e comunitário onde se estabelece um elo de ligação entre a comunidade dos vivos e a comunidade dos mortos. Trata-se da relação cultural e histórica das comunidades com a sua origem e o seu ser e da identificação do indivíduo com a colectividade. Em cada cemitério, há que garantir a individualização de cada sepultura e a escala humana e a intimidade dos espaços de enterramento.

A religiosidade e poética do lugar exige a presença da vegetação desde as árvores e sebes até às flores de cobertura das sepulturas individuais. Os diferentes campos de enterramento devem constituir um mosaico de parcelas, com a área máxima de 3 000 m.q., integrado numa estrutura contínua de vegetação. Cada parcela não deve conter mais de duzentas sepulturas, mesmo que agrupadas em conjuntos familiares,

para que se verifiquem as condições e as premissas atrás consideradas. O cemitério na sua expressão cultural constitui, portanto, um dos elos de ligação da paisagem urbana com a paisagem do mundo rural conjugando as duas culturas. ■

NOTAS

- (1) Influência recíproca. Interpenetração.
- (2) Breviário Grimani, "Travaux et Fêtes au Moyen Âge" / Paul Jarnot.



A estrutura vegetal e a permeabilidade e porosidade do solo são indispensáveis no cemitério (desenho do autor)

GONÇALO RIBEIRO TELLES,
Arquitecto paisagista